

Países nórdicos reforçam medidas de expulsão de migrantes ilegais

written by O Cidadão | 31 de Outubro, 2023



É do interesse comum dos países nórdicos que *“os estrangeiros sem autorização de residência sejam mandados para casa”*, afirmou o ministro da Migração da Dinamarca, Kaare Dybvad Bek.

“Devemos evitar que viajem pelos nossos países e saiam do radar das autoridades”, acrescentou.

No final de uma reunião de dois dias, os ministros dos países nórdicos decidiram adotar **três medidas para facilitar a expulsão de migrantes para o seu país de origem**, informou o ministério no seu ‘site’.

Os representantes destes países encarregados de desenvolver as expulsões reunir-se-ão regularmente para *“fortalecerem, em conjunto, a cooperação com países terceiros para facilitar o*

regresso [dos migrantes em situação irregular] aos seus países e fornecerem apoio à reintegração”, acrescentou.

Em segundo lugar, os países nórdicos decidiram organizar “*voos conjuntos da Frontex*”, a guarda costeira da União Europeia, para transportar migrantes irregulares da região para os seus países de origem.

Finalmente, os ministros dinamarquês, sueco, norueguês, finlandês e islandês decidiram, “*em conjunto, ajudar os migrantes irregulares no Norte de África*”, oferecendo-lhes “*o repatriamento voluntário para o seu país de origem, bem como ajuda na reinstalação*”, sublinha o ministério dinamarquês.

Embora à frente de um **partido social-democrata de centro-esquerda**, a primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, defendeu o objetivo de “*zero refugiados*” no país escandinavo desde que chegou ao poder, em 2019.

O país defende uma política **mais dura** em relação aos migrantes nos países nórdicos e aumentou as iniciativas destinadas a **desencorajar a imigração**, dificultando, por exemplo, a aquisição da nacionalidade dinamarquesa.

A Dinamarca, que está a aumentar as iniciativas para desencorajar a entrada de migrantes e a obtenção da nacionalidade dinamarquesa, foi, em 2020, o primeiro país da Europa a **retirar as suas autorizações de residência aos refugiados sírios da região de Damasco**, alegando que a **situação na região tinha passado a ser “suficientemente segura”**.